

**A APOSIOPESE
EPISTEMOLÓGICA NA
GEOGRAFIA: O
SILENCIAMENTO DA
QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL
NAS MATRIZES DO
PENSAMENTO
GEOGRÁFICO**

**THE EPISTEMOLOGICAL APOSIOPESIS IN GEOGRAPHY: THE SILENCING OF
THE ETHNIC-RACIAL ISSUE IN THE MATRICES OF GEOGRAPHICAL
THOUGHT**

Ciências Humanas • 14/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789315333](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789315333)

Vanda da Silva Santos¹

José Gilberto de Souza²

RESUMO

O artigo analisa a aposiopese epistemológica como um mecanismo estrutural pelo qual o pensamento geográfico, em suas diversas matrizes teórico-metodológicas filosóficas, silencia a questão étnico-racial. A análise foi estruturada a partir das quatro grandes matrizes do pensamento filosófico, quando do advento da consolidação das ciências modernas: o positivismo, o neopositivismo, a fenomenologia e o materialismo-histórico. Para cada matriz, examinou-se o rebatimento de suas estruturas mais centrais no pensamento geográfico, respectivamente, a geografia tradicional (determinismo e possibilismo), a geografia teórico-quantitativa, a geografia cultural/humanista e geografia crítica, e sua materialização no ensino de geografia. Demonstrou-se que cada matriz produziu formas específicas de silenciamento, identificadas como a naturalização e o culturalismo no positivismo; a redução estatística no neopositivismo; o essencialismo identitário na fenomenologia; e a absorção pela categoria classe no materialismo-histórico. Aprofundou-se a crítica à Geografia Crítica, demonstrando que sua matriz estrutural, embora tenha rompido com o positivismo, falhou em incorporar a questão racial, subsumindo-a à luta de classes. Concluiu-se que as Geografias Negras, ao articularem raça e classe sem sucumbir ao identitarismo, emergem como o campo onde a contradição pode ser superada.

Palavras-chave: Aposiopese epistemológica; Matrizes do pensamento geográfico; Ensino de Geografia; Relações étnico-raciais; Geografias Negras.

ABSTRACT

This article analyzes the epistemological aposiopesis as the structural mechanism through which geographical thought, in its various philosophical matrices, silences the ethnic-racial issue. The

analysis is organized around the four major philosophical matrices: positivism, neopositivism, phenomenology, and historical-dialectical materialism. For each matrix, its impact on geographical thought, respectively, traditional geography (determinism and possibilism), theoretical-quantitative geography, cultural/humanistic geography, and critical geography, and its materialization in geography teaching are examined. It is demonstrated that each matrix produced specific forms of silencing: naturalization and culturalism in positivism; statistical reduction in neopositivism; identity essentialism in phenomenology; and absorption by the class category in historical-materialism. The critique of Critical Geography is deepened, demonstrating that its structural matrix, although it broke with positivism, failed to incorporate the racial issue, subsuming it to class struggle. It concludes that Black Geographies, by articulating race and class without succumbing to identitarianism, emerge as the field where the contradiction can be overcome.

Keywords: Epistemological aposiopesis; Matrices of geographical thought; Geography teaching; Ethnic-racial relations; Black Geographies.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho perscruta uma questão central que se remete ao silenciamento sobre a questão étnico-racial na Geografia e considera a exigência de um movimento teórico que transcenda a descrição de correntes de pensamento. Neste sentido assim, esse texto toma como referência a aposiopese como categoria analítica (Souza, Fulino, 2020) frente às principais estruturas filosóficas e seus rebatimentos sobre o pensamento geográfico. Para compreender a aposiopese epistemológica, como a interrupção intencional do discurso sobre a população negra, é necessário, antes de tudo, situar

o debate no plano das matrizes filosóficas que estruturam o conhecimento geográfico. Como argumentam Souza e Juliasz (2019), as teorias pedagógicas e o pensamento geográfico são expressões de estruturas epistemológicas que determinam o que se estuda, como se estuda e, fundamentalmente, o que se silencia. As matrizes filosóficas precisam ser entendidas como práticas teóricas que orientam a produção do conhecimento, definindo o objeto, o método e os critérios de validade da ciência. Significa dizer que, para além desse processo de reflexão sobre a teoria do conhecimento (a dimensão epistemológica), essas práticas teóricas se materializam e reconfiguram práticas socioespaciais e redefinem espaços e territórios em suas incursões, sua dimensão ontológica. Cada matriz carrega consigo uma ontologia (uma concepção do que é a realidade para o ser social), e uma epistemologia (uma teoria do conhecimento) que, ao serem operacionalizadas, produzem efeitos concretos sobre o que é visibilizado ou apagado.

O conceito de aposiopese, ressignificado a partir de Orlandi (2007) e Stein (2018), passou a ser integrado nesse trabalho como categoria analítica que permite desvelar a intencionalidade do silêncio. É imperativo considerar que o silêncio sobre a população negra na Geografia é uma presença-ausência discursiva que estrutura o próprio campo do saber, definindo seus objetos, métodos e fronteiras (Claudino, 2026). Como Orlandi (2007) afirma, o silêncio não está "entre" as palavras, mas as atravessa, constituindo a materialidade do discurso. A autora diferencia o silêncio do implícito: enquanto o primeiro é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído, o segundo é o não dito, que se define em relação ao dizer. A aposiopese, portanto, opera no registro do apagamento, da exclusão sistemática, tornando-se sobretudo um mecanismo pelo qual a ideologia racial se inscreve na produção do conhecimento

geográfico, naturalizando desigualdades e invisibilizando sujeitos. (Aversa e Souza, 2022).

Dijk (2010) complementa esta compreensão ao afirmar que o discurso é uma forma de interação verbal que está diretamente relacionada às relações de poder e, neste caso, sua premissa fundamental, reitera uma lógica de referências conceituais que invisibiliza os que não o representam. O autor destaca a necessidade de investigar como propriedades do microvisível da escrita e da fala se relacionam a aspectos do macronível da sociedade, como grupos, organizações e suas relações de dominação. Esta perspectiva dialética entre o micro e o macro é o que permite que a aposiopese seja compreendida como parte de uma estrutura de poder que se reproduz no interior do conhecimento científico.

Para compreender como a aposiopese se manifesta em diferentes momentos do pensamento geográfico analisou-se as quatro grandes matrizes filosóficas que orientaram a produção do conhecimento geográfico e seu rebatimento no ensino: o positivismo, o neopositivismo, a fenomenologia e o materialismo-histórico, conforme definidos por Souza e Juliasz (2019). Para esses autores cada uma dessas matrizes estabelece princípios fundamentais sobre a natureza do conhecimento, o papel do sujeito, a relação entre teoria e realidade, o conteúdo, o processo pedagógico, e, conseqüentemente, sobre o que pode ou não ser objeto da ciência geográfica. É no interior desses princípios que a aposiopese se estrutura, adquirindo formas específicas em cada corrente.

2. O POSITIVISMO E A GEOGRAFIA TRADICIONAL: A NATURALIZAÇÃO E O CULTURALISMO

O Positivismo, enquanto matriz filosófica inaugurada por Auguste Comte, estabelece que o conhecimento científico deve basear-se na observação empírica, na descrição dos fenômenos e na busca por leis gerais que expliquem a realidade de forma objetiva e neutra. Souza e Juliasz (2020), argumentam que a natureza desta corrente se materializa pela centralidade no objeto. A ciência, desta forma, afasta-se de juízos de valor e limitar-se à constatação do que é observável, estabelecendo relações causais entre fenômenos. Na síntese de Durkheim (2007), em as Regras do método sociológico, os fatos falam por si, e precisam ser tratados com objetividade científica. Esse princípio de neutralidade e objetividade, em primeiro momento assume uma posição que o científico é restrito a uma abordagem. Um processo que enseja uma operação ideológica fundamental, pois pretende tratar a realidade social como um dado natural. O positivismo naturaliza as relações sociais existentes, tornando-as imutáveis e, portanto, excluindo a possibilidade de uma crítica radical. A geografia, nesta perspectiva, é lida a partir de padrões recorrentes de uma observação, com leis pré-determinadas, lineares e evolutivas e o território é concebido como processo dinâmico de crescimento e integração, ou desintegração de relações de força, mas sempre a partir de uma lógica que naturaliza as lógicas de apropriação do espaço (Souza, 2026).

No pensamento geográfico, o positivismo se materializa na chamada Geografia Tradicional, que se desdobra em duas correntes principais: o determinismo, da escola alemã e o possibilismo, da escola francesa. Ambas, embora aparentemente opostas, compartilham a mesma estrutura filosófica positivista e, portanto, produzem formas de silenciamento que são expressões de uma mesma lógica de naturalização e classificação do mundo. Ruy Moreira (2014) argumenta que essa perspectiva fragmentária se

estabelece a partir de uma “circundância do mundo”, formada por uma diversidade de coisas que exige um esquema de organização. O autor afirma que a Geografia retira da própria percepção imediata os elementos da fórmula, para ela ordenadora do mundo circundante, o esquema N-H-E (natureza, homem e economia). Este esquema, que estrutura o conhecimento geográfico tradicional, é precisamente o mecanismo da aposiopese, pois ao separar natureza, homem e economia, ele fragmenta a realidade e impede a compreensão das relações raciais como totalidade. A descrição de cada um desses “fatores” do conhecimento geográfico se estabelece em unidade e não em correlação, seja interna, porque a natureza é apresentada como animal, vegetal e mineral, por exemplo, seja externa, porque estes elementos não são compreendidos em interação com a vida humana que não seja na forma de objetos, ou recursos.

2.1. O Determinismo e a Aposiopese Fundante

O Determinismo, associado a Friedrich Ratzel, naturaliza as hierarquias sociais e raciais ao subordinar o comportamento humano às condições naturais. Como argumenta Andrade (2008), Ratzel, dedicando-se às ciências naturais, sobretudo à Antropologia, encarou o homem o elemento social humano a partir de uma lógica comportamental, tentando explicar a evolução da humanidade dentro dos postulados de Darwin. Esta biologização do social é o fundamento da aposiopese determinista, que estabelece uma relação direta entre a Geografia e o racismo científico. Banton (1979) esclarece que o próprio termo “racismo” surgiu na década de 1930 para condenar as doutrinas que dizem que a raça determina a cultura, e como o conceito, racismo, diz respeito às práticas que

usam a ideia de raça com o propósito de desqualificar socialmente e subordinar indivíduos ou grupos.

Podemos considerar que a teoria do espaço vital (*Lebensraum*) é a expressão mais explícita da aposiopese determinista. Corrêa (2000) destaca que o espaço vital expressou a lógica de justificar as necessidades "territoriais" de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos seus recursos naturais. Esta teoria justificava a expansão territorial dos Estados europeus sobre outras nações, carregando em si uma hierarquia racial implícita. O determinismo geográfico, ao atribuir à natureza as explicações das desigualdades e diferenças socioeconômicas, forneceu as bases teóricas para validar o racismo científico, constituindo uma aposiopese que perdura até hoje nas narrativas geográficas que desconsideram a dimensão racial das desigualdades espaciais. Quando o fazem, o tomam por um viés de naturalização pela cultura, externalizando os processos históricos de colonização e imperialismo.

2.2. O Possibilismo e a Aposiopese Culturalista

O possibilismo, associado ao pensamento de Vidal de La Blache, que embora reconheça a agência humana, e isso o diferencia em parte do determinismo, produz uma aposiopese culturalista ao valorizar o “gênero de vida” europeu como superior. Andrade (2008) destaca que Vidal de La Blache observou o homem como ser ativo, capaz de superar as barreiras naturais, mas esta ênfase na ação humana subsumia as relações de poder coloniais. O conceito de “gênero de vida”, conforme Souza (2026), apresentava-se como uma totalidade orgânica que escondia as contradições internas e a violência do contato entre diferentes culturas. O “gênero de vida”, passa ser a

concentração, ou um acervo de costumes e técnicas construído pelo homem, com tendência a se reproduzir por meio de determinadas regras sociais, surgia como resultado da busca do relacionamento entre o homem e o meio. Mas, esse gênero de vida, ao ser apresentado como uma totalidade orgânica, silenciava as contradições internas ao grupo, as diferenças sociais que o estruturavam e a violência que marcava o contato entre diferentes culturas e povos.

No âmbito educacional da Geografia no Brasil, esse silenciamento foi promovido por autores filiados à escola francesa, como Aroldo de Azevedo, que, segundo Souza (2022), tinha uma visão de mundo proveniente dos antigos grupos oligárquicos, conservadora e autoritária, no que concerne ao trato das questões culturais e educacionais correlacionadas ao país, à sociedade e ao povo brasileiro. Esses ideais refletiam na utilização de discurso racista em frases, sentenças, silêncios ou mesmo imagens. Ainda neste diapasão Barros (2022) argumenta que a identidade brasileira vai sendo formulada e alimentada, nos discursos hegemônicos, pela máxima da exclusão do corpo negro e indígena. A aposiopese do possibilismo se manifesta na naturalização do escravismo como etapa de um processo evolutivo linear, na visão idealista e romântica das contribuições das raças na formação da sociedade brasileira pela lógica de miscigenação, marcada, de forma sub-reptícia, por um sentido eugênico de embranquecimento da sociedade, que coloca os negros dentro de uma gama de “participação” na formação social, porém sem tratar a desigualdade.

2.3. O Ensino de Geografia e a Aposiopese Curricular

No âmbito do ensino de Geografia, o positivismo se materializa como abordagem tradicional e, segundo Souza e Juliasz (2019), ela se consolidou baseada nos métodos das Ciências Naturais de observação e descrição, fundamentada na psicologia clássica comportamentalista. O conhecimento é tratado como acúmulo de informações, o conteúdo é fragmentado (natureza, homem, economia) e a reprodução do conhecimento se dá pela memorização e pela descrição. A perspectiva fragmentária, que separa natureza, homem e economia (NHE), impede a compreensão das relações raciais como totalidade, relegando a população negra a um dado demográfico ou a um elemento exótico da paisagem, sobretudo no caso dos povos originários.

Em artigo inicial dessa pesquisa, sobre os Projetos Políticos Pedagógicos em Palmas-TO revelou-se que a temática étnico-racial aparece apenas de forma factual, restrita ao "Dia da Consciência Negra". A totalidade dos PPPs inicialmente analisados revelou uma abordagem da história e cultura afro-brasileira a partir da data comemorativa de 20 de novembro, sem tratar o tema como sequência curricular (Santos e Souza, 2025). Oliveira e Sampaio (2022) confirmam que, mesmo com a Lei 10.639/2003, a representação da África e do negro em livros didáticos permanece estereotipada e subalternizada. Os autores observam que, na análise de duas coleções de livros didáticos, as imagens dos negros em situação positiva e negativa foram quase na mesma quantidade, mostrando pequenas mudanças na representação, mas com a permanência de imagens que focam na depreciação do continente, como a fome, a miséria, os conflitos étnicos e religiosos e a desigualdade social. Esta aposiopese curricular produz, de um lado, uma leitura que não reconhece a diversidade histórica e cultural da África e, de outro, estigmatiza a imagem do negro, tornando esses

discursos hegemônicos sobre a desconstrução da identidade negra no Brasil.

3. O NEOPOSITIVISMO E A GEOGRAFIA TEORÉTICO-QUANTITATIVA: A APOSIOPESE ESTATÍSTICA E A COISIFICAÇÃO DO SUJEITO

O neopositivismo, também conhecido como empirismo lógico ou positivismo lógico, emerge como uma atualização do positivismo, incorporando a lógica matemática e a linguagem formal como critérios de cientificidade (Andrade, 2008). Nessa abordagem a verdade de uma proposição é verificada por sua correspondência com fatos observáveis, e o conhecimento científico deve ser expresso em uma linguagem unificada e precisa, a partir das variáveis e seu comportamento. Essa matriz filosófica, para Souza e Juliasz (2020) aparece como rebatimento no pensamento geográfico, como a New Geography, e no Brasil, como Geografia Teorética Quantitativa. No campo das práticas de ensino se materializa como pedagogia tecnicista e tem como princípios a neutralidade, a objetividade e a quantificação. O neopositivismo recusa a metafísica e qualquer forma de conhecimento que não seja passível de verificação empírica, quantificável, o que, no campo das ciências humanas, resulta na tentativa de submeter fenômenos sociais complexos a modelos matemáticos e estatísticos.

No pensamento geográfico, a Geografia Teorético-Quantitativa buscou conferir maior rigor científico à disciplina através do uso de modelagens estatísticas, na representação cartográfica, tendo como foco o fortalecimento do discurso estatal de planejamento e intervenção (Souza e Katuta, 2001). Moraes (2011), argumenta que essa “Geografia Renovada” buscou sua legitimidade na

operacionalidade e na relevância de intervenção de seus estudos, mas a busca pela neutralidade científica escondeu uma profunda redução do sujeito a um dado estatístico. Andrade (2008) situa essa renovação no contexto brasileiro afirmando que a Geografia teórico-quantitativa teve difusão nos fins da década de 60 e primeiro período na de 70, quando o Governo militar estava consolidado e procurava integrar a economia brasileira, como dependente, à economia mundial a partir de uma lógica de um crescimento econômico-desenvolvimentista. A Nova Geografia serviu, assim, ao projeto de ideológico e ufanista do regime militar, fornecendo dados e análises que justificavam as políticas de planejamento territorial, mas que silenciavam as desigualdades raciais e a violência da ditadura. (Souza, 2022).

3.1. A Aposiopese Estatística e a Coisificação do Sujeito Negro

É imperativo demarcar que dada a lógica de que as variáveis passam a ser a referência na leitura do mundo na Geografia Quantitativa, o elemento humano é circunscrito a um número. Há uma interrupção analítica de observação e descrição dos fenômenos sociais para um mecanismo de representação de seus desempenhos e ou quadros de participação nos conjuntos, sendo que aspectos considerados de baixa relevância não são privilegiados. Neste diapasão o sujeito negro é reduzido a um indicador demográfico, a uma porcentagem na pirâmide etária, a um dado de renda per capita. Esta aposiopese estatística não apenas invisibiliza a história e a cultura da população negra, mas naturaliza a desigualdade ao apresentá-la como um dado técnico. O povo preto vira número a partir de uma lógica de percentual de participação no conjunto total da sociedade. A quantidade de pretos, pardos, indígenas, amarelos e brancos configura o discurso geográfico (Souza, 2022), mas a análise desses

números não absorve a dimensão racial e social, e quando aparece, a justificativa se remete a processos históricos decorrentes do escravismo.

A crítica à aposiopese na Geografia Quantitativa deve incidir sobre a própria lógica do tipo de conhecimento produzido. A Geografia Teorético-Quantitativa, ao eleger a métrica como linguagem privilegiada, operou uma dupla redução: primeiramente, reduziu o espaço a um conjunto de variáveis mensuráveis, a perspectiva do espaço absoluto; em seguida, reduziu o sujeito social a um dado estatístico. Taxas de natalidade, mortalidade, fecundidade, densidade demográfica, renda per capita, índices de desenvolvimento e pirâmides etárias transformaram-se no próprio conteúdo da Geografia, substituindo a análise qualitativa das relações sociais e históricas por uma descrição quantitativa dos fenômenos. Esta geografia tornou-se, como bem observa Souza (2022), uma "geografia mnemônica", na qual o estudante é treinado a memorizar números e indicadores, mas não a compreender as relações sociais que os produzem. A densidade demográfica, por exemplo, é apresentada como um dado objetivo, mas sua construção como conceito esconde a história da ocupação do território, dos fluxos migratórios forçados, da expropriação fundiária e das hierarquias raciais que a produz. A concentração populacional das favelas, pela densidade, esvanece as desigualdades do acesso à terra urbana, o direito à moradia, a ausência e ou insuficiência de equipamentos sociais públicos, por exemplo.

Quando a matemática não explica, a Geografia Quantitativa recorre à Geografia Tradicional, buscando na factualidade histórica as explicações para as desigualdades. A abolição aparece como fato histórico, como pontual, característica da forma de produção do

conhecimento no positivismo. Quando o fato não pode ser explicado pelas variáveis matemáticas, ele é explicado pela lógica linear histórica, que remete aos grandes ícones (brancos) da história e não ao povo preto na luta pela emancipação. A trajetória da luta contra o escravismo, por exemplo, foi obscurecida, apagada e foi dada como mérito e reconhecimento cristão, humanista da elite branca brasileira que liberta os escravos. Esta é a leitura que está no cerne da Geografia Tradicional, e, quando precisa lidar com isso, a Geografia Quantitativa busca esses elementos. A factualidade histórica, ao substituir a análise estrutural, reforça o silenciamento e o apagamento ao apresentar a abolição como um ato de generosidade, e não como resultado da luta dos negros escravizados, cujas rebeliões e quilombos foram sistematicamente apagados da narrativa oficial (Moura, 2014).

3.2. O Ensino de Geografia e a Pedagogia Tecnicista

No ensino de Geografia, a abordagem neopositivista se manifesta na ênfase em tabelas, gráficos e mapas, na definição de termos em negrito e na fragmentação do conhecimento em conteúdos "objetivos e mensuráveis". Souza e Juliasz (2019) destacam que a Pedagogia Tecnicista, inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo operacional. A Geografia Teorético-Quantitativa, ao se alinhar a essa pedagogia, produziu um conhecimento que, como asseveramos, através de médias, índices e elementos quantitativos, tornou-se o conteúdo geográfico. As classificações espaciais ganharam referências a partir de seus dados: um país subdesenvolvido é definido pela geometria de sua "pirâmide" etária; uma área desenvolvida é marcada por sua renda per capita; o desenvolvimento se define pela distribuição percentual

da População Economicamente Ativa (PEA) nos gráficos de setores econômico: primário, secundário e terciário. (Souza, 2022).

Esta pedagogia, ao tratar o conhecimento como um conjunto de informações a serem transmitidas e memorizadas, aprofunda a aposiopese estatística. O estudante negro, ao se deparar com um currículo que o reduz a um dado demográfico, é duplamente silenciado: como sujeito do conhecimento e como sujeito da história. A ênfase na métrica como conteúdo não apenas desqualifica outras formas de conhecimento, mas também desmobiliza a crítica, despolitiza o conhecimento, ao apresentar a desigualdade como um dado natural e incontornável. A pirâmide etária, por exemplo, é apresentada como um dado objetivo, mas sua construção como conceito esconde a história da mortalidade infantil, da expectativa de vida e das políticas de saúde que afetam desproporcionalmente a população negra. O gráfico de setores da PEA, por sua vez, oculta a divisão racial do trabalho e a superexploração da força de trabalho do povo negro. A superexploração se expressa fundamentalmente na maior intensidade e extensão da jornada de trabalho, mecanismos que permitem ao capital ampliar a extração de mais-valia sem a correspondente elevação da composição orgânica do capital (Marini, 2005). Essa condição revela que a sociedade brasileira é estruturada por uma "divisão racial do trabalho" que coloca a população negra nas posições mais desqualificadas, subalternizadas, precarizadas, racializadas e sexualizadas no sistema produtivo. (Gonzalez, 1982).

4. A FENOMENOLOGIA E A GEOGRAFIA CULTURAL/HUMANISTA: A APOSIOPESE IDENTITÁRIA E O RISCO DO ESSENCIALISMO

A Fenomenologia, matriz filosófica inaugurada por Edmund Husserl, propõe um retorno "às coisas mesmas", suspendendo os juízos naturais e as teorias prévias para descrever a experiência tal como ela se apresenta à consciência. O sujeito é constitutivo do mundo; o conhecimento não é uma representação objetiva, mas uma construção a partir da percepção, da intencionalidade e da vivência. A Fenomenologia recusa tanto o objetivismo positivista quanto o subjetivismo idealista, buscando descrever a estrutura da experiência consciente (Souza, Juliasz, 2020). No campo da Geografia, esta matriz influenciou profundamente a chamada Geografia Humanista e, posteriormente, a Geografia Cultural Renovada, que privilegiam a experiência subjetiva, a percepção do espaço e os significados culturais atribuídos aos lugares.

4.1. A Geografia Humanista e o Culturalismo Idealista

A Geografia Humanista, influenciada fortemente pelos pressupostos pós-modernos e da crítica ao marxismo e ao que se denominou de metanarrativas, surge como uma corrente que define a ausência de reconhecimento das subjetividades na produção do conhecimento. Um dos autores que ganhou vulto foi Yi-Fu Tuan (2012, 2013). O autor de posição eclética, marcadamente pragmática, idealista e com diálogo com a semiótica, enfatiza a dimensão subjetiva da experiência espacial, os sentimentos de pertencimento e a construção de identidades. Embora represente um avanço ao reconhecer a complexidade da relação homem-espaço, esta abordagem, ao focar na experiência individual e nas representações simbólicas, corre o risco de descolar a identidade das relações materiais de produção e poder, recaindo em um culturalismo idealista. Esta matriz filosófica, que Souza e Juliasz (2020) afirmam ter apresentado forte influência no que denominam de pluralismo

epistemológico, pois tende a tratar a cultura como uma esfera autônoma, dissociada das determinações econômicas e políticas. A Geografia Humanista, ao enfatizar a percepção e o simbolismo, tende a obscurecer as relações de poder que estruturam o espaço, tratando a experiência como um dado imediato, individualizado, desconsiderando as mediações históricas e sociais que a constituem.

Em suas reflexões acerca da trajetória do pensamento geográfico Claval (2014), aponta que a Geografia cultural clássica fazia uma Geografia quase que exclusivamente descritiva e sem análise de classe, sem destinar uma atenção às relações de poder. A Geografia Cultural Renovada, ao se abrir para novas abordagens, incorporou elementos do materialismo-histórico, da fenomenologia, do pós-estruturalismo e dos estudos culturais, buscando compreender a cultura como um campo de disputa e as identidades como construções históricas e espaciais (Almeida, 2008). A dimensão das narrativas e suas disputas em um campo epistemológico abstraem do debate as condições materiais de reprodução social. Essa lógica de abarcar concepções com estruturas analíticas tão diversas, de uma renovação, passou a carregar em seu interior uma profunda contradição: ao enfatizar a identidade e a cultura, correu o risco de essencializar as identidades, descolando-as das estruturas sociais de dominação.

4.2. A Aposiopese Identitária e o Essencialismo da Diferença

Como salientamos, a dimensão do pluralismo epistemológico presente na Geografia Cultural Renovada, ao incorporar elementos do pós-estruturalismo e dos estudos culturais, busca superar o culturalismo clássico, compreendendo a cultura como um campo de

disputa, colocou a identidade e a cultura como centralidades analíticas. Assim, na mesma toada crítica que estabeleceram ao economicismo, passaram a essencializar as identidades, descolando-as das estruturas sociais de dominação e produzindo uma aposiopese identitária. Esta aposiopese consistiu em idealizar a identidade negra e a África, descolando a luta antirracista das questões estruturais de classe e acesso à terra e a direitos sociais. A Geografia Cultural Renovada e Humanista emerge como um movimento de renovação da Geografia brasileira, simultaneamente à Geografia Crítica, em uma perspectiva identitária, que busca muito mais campo na representação social do que na reflexão mais profunda sobre a questão da desigualdade.

A crítica ao identitarismo, que emerge principalmente nos Estados Unidos e na França após a ascensão da extrema-direita, é incorporada por alguns geógrafos culturais, mas muitas vezes de forma acrítica, reproduzindo a aposiopese sobre a questão racial. Colling (2025) apresenta de forma panorâmica as principais obras que elaboram novos discursos críticos às identidades, como as de Mark Lilla (2018), Yascha Mounk (2024), Elisabeth Roudinesco (2022), Richard Miskolci (2021) e Antonio Risério (2019, 2023, 2024). Estes autores, em sua maioria, atribuem à política identitária a responsabilidade pela ascensão da extrema-direita, pela polarização política, pela fragmentação de pautas que conduzem ao utilitarismo e a cooptação, e pela dificuldade de diálogo mais amplo com a sociedade contemporânea. Haider (2018) oferece uma perspectiva crítica a esses discursos, argumentando que a política identitária vem consolidando a neutralização de movimentos contra a opressão racial, por processos de cooptação representativa. O autor defende que a ideologia identitária surgiu para apropriar o legado

emancipatório dos movimentos antirracistas e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas.

4.3. O Ensino de Geografia e o Pluralismo Epistemológico

No ensino, a influência da Fenomenologia e da Geografia Cultural e Humanista se manifesta no pluralismo epistemológico e na valorização das narrativas e das identidades. Souza e Juliasz (2020) criticam o pluralismo epistemológico na Geografia por considerar que ele serve para resolver o problema do cientista na sua relação com o mundo, uma totalidade que ele só percebe fragmentada, como campo específico de atuação, e com um viés de “lugar de fala”, que torna o essencialismo como marca subjetiva, que muitas vezes rompe com a solidariedade da luta. O subjetivismo, o individualismo e o liberalismo no método se apresentam a partir do ecletismo e do relativismo, que, embora pareçam democráticos, podem diluir a crítica estrutural e converter a diferença em valor em si, obscurecendo as contradições materiais do capitalismo. A aposiopese identitária ocorre quando a luta antirracista é reduzida a uma questão de representação e autoestima, capturadas as indignações elas se resolvem por campos de representação muitas vezes descoladas da luta pela terra, pelo trabalho e pela justiça social. O risco é que a pluralidade descritiva se torne uma forma "multicolorida" de neutralidade, como alerta Souza (2026), onde se tem muito discurso, pouca determinação e, no limite, a conciliação.

5. O MATERIALISMO-HISTÓRICO E A GEOGRAFIA CRÍTICA: A APOSIOPESE POR ABSORÇÃO E A CONTRADIÇÃO DA RUPTURA

Uma das críticas mais difíceis de ser incorporada nessa análise se vincula ao materialismo-histórico. Primeiro porque, definimos uma

grafia ausentando o conceito de dialética, exatamente para demarcar o distanciamento que essa matriz em alguma medida em relação às concepções filosóficas de Marx e Engels. Estes autores consideram a realidade social como uma totalidade contraditória, cujo movimento é dado pela luta de classes, o que implica em seu caráter contínuo de antiteticidade (a dialética). O conhecimento não é neutro, mas se revela como uma prática social que deve servir à resolução das desigualdades sociais, e nesse sentido a dialética, como método, exige a apreensão do movimento das contradições, a superação da aparência fenomênica em direção à essência e a compreensão da história como processo de transformação. Esta matriz recusa tanto o empirismo positivista quanto o idealismo fenomenológico, afirmando que a consciência é determinada pela vida material, e não o contrário. A categoria central é o trabalho, enquanto metabolismo social com a natureza, que funda a ontologia do ser social (Souza, 2026).

5.1. A Geografia Crítica e a Aposiopese por Absorção

A Geografia Crítica, que emerge no Brasil sob a influência do pensamento marxista, em grande parte se funda em um materialismo-histórico que denota sua posição antidialética em várias dimensões da vida humana. Uma corrente que representou um avanço significativo ao romper com o positivismo e denunciar as contradições do capitalismo. No entanto, esta corrente, em sua vertente mais ortodoxa (materialismo-histórico), incorreu em uma aposiopese que qualificamos como "por absorção". Grande parte desses intelectuais, ao concentrarem a produção acadêmica no econômico como dimensão de troca e não como dimensão material, e na absolutização da categoria classe social, que obscurece suas formas internas de composição, subordinou a

questão racial ao conceito de proletariado (classe) esvanecendo sua múltipla forma de composição. Candau e Moreira (2008) nomeiam esta tendência de "daltonismo cultural", em que a categoria raça é destituída de importância analítica, limitando-se a uma subcategoria integrante do conceito de proletariado. A questão racial tornou-se um problema acessório da desigualdade e não parte constituinte da totalidade socioeconômica. Nessa perspectiva de análise, tendeu a fazer uma interpretação generalizada, de que os povos negros se tornaram escravos e, posteriormente, proletários, exatamente porque o capitalismo os colocou ali.

Esta aposiopese por absorção, contudo, foi e continuamente sendo contestada por uma tradição intelectual que, desde meados do século XX, articula classe e raça como dimensões indissociáveis da luta de classes no Brasil. Florestan Fernandes, em sua obra seminal *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), oferece uma crítica radical à narrativa hegemônica que reduzia o negro a um agente passivo da história. Fernandes demonstra que a abolição, longe de integrar o negro à sociedade de classes, o lançou em uma situação de marginalização estrutural, pois o regime de classes no Brasil se fundou sobre um padrão de dominação racial que perpetuou a exclusão.

Estas reflexões em verdade se aproximam muito das análises do intelectual negro Clovis Moura (2014). Para Florestan, a "integração" do negro foi uma promessa não cumprida, e a luta contra o racismo é indissociável da luta contra a exploração capitalista, pois ambas se retroalimentam. Nessa perspectiva Clóvis Moura (2014) desmonta o que ele denominou de "mito da democracia racial" e da "escravidão benigna". Moura demonstra, a partir de uma rigorosa análise materialista, que os quilombos e as insurreições escravas não foram

atos de resistência cultural ou desespero, mas verdadeiras manifestações da luta de classes, com um claro "proto-abolicionismo radical" que antecedeu e pressionou o processo de abolição formal. Moura rompe com a visão da abolição como dádiva da elite e a reinscreve como conquista arrancada pela práxis negra, cuja agência histórica foi sistematicamente apagada pela "história oficial" para legitimar a marginalização pós-abolição. Ao estabelecer o quilombo como uma "unidade política", Moura antecipa a crítica à aposiopese que este artigo desenvolve: o silenciamento sobre a população negra é a reprodução de um dispositivo ideológico que nega seu protagonismo na construção do Brasil.

Mas é com a intelectual Lélia Gonzalez que a crítica interseccional raça, classe e gênero se coloca de forma indissociável. A autora, na obra "Lugar de Negro" (1982), co-escrito com Carlos Hasenbalg, demonstra que a sociedade brasileira é estruturada por uma "divisão racial e sexual do trabalho" que coloca a população negra nas posições mais desqualificadas, subalternizadas e precarizadas do sistema produtivo. Gonzalez denuncia o "mito da democracia racial" como uma ideologia que oculta as relações de dominação e exploração, e propõe uma leitura da realidade a partir do "lugar de fala" do negro, que não é um essencialismo identitário, mas uma posição política e epistemológica que permite desvelar as estruturas de poder. Para Gonzalez, a luta contra o racismo é inseparável da luta contra o sexismo e a exploração de classe. Uma parte da Geografia Crítica, ao ignorar esta interseccionalidade, reproduz a aposiopese que silencia a experiência concreta da mulher negra na produção do espaço.

A esta tradição soma-se a contribuição de Beatriz Nascimento (1985), cuja obra, embora menos sistematizada, oferece uma perspectiva

original sobre a relação entre quilombo, território e identidade negra. Nascimento atrela o conceito de quilombo à continuidade histórica e espacial, observando que as áreas de onde se localizaram os quilombos no passado supõem uma continuidade de práticas sociais que ressignificam suas existências. Para Nascimento, o quilombo não é um resquício do passado, mas uma forma de organização social que permanece viva como resistência à lógica da propriedade privada e da segregação. Sua contribuição para a Geografia é decisiva, pois recoloca a luta territorial como uma luta ontológica: o quilombo é a materialização da busca por um "lugar no mundo" que a sociedade racista nega ao negro, porque nega o acesso a terra e a dignidade de reprodução social para além do trabalho escravizado ou assalariado.

Ratts (2020) argumenta que, no Brasil, somente a sociologia das relações raciais manteve o discurso acerca da questão. Por esta e outras razões, as noções ou conceitos de raça e etnia não foram incorporadas de modo significativo no bojo das viradas crítica e cultural na Geografia, nos anos 1980. Assim, ao final tem-se quase quatro séculos de constituição da ciência moderna marcadamente comprometida com a colonização e o colonialismo, permeada por fronteiras disciplinares e algumas tramas comuns, com base na razão burguesa. A Geografia Crítica, ao herdar essa tradição, reproduziu em seu interior o silenciamento sobre a questão racial, mesmo quando se propunha a criticar o capitalismo.

5.2. O Contexto da Ditadura e a Radicalização Sob Repressão

A aposiopese da absorção não pode ser compreendida sem seu contexto histórico. Verdi (2018) demonstra que a Geografia Crítica brasileira nasceu sob o signo da ditadura civil-militar. O regime de

exceção, ao mesmo tempo em que reprimia brutalmente o pensamento crítico, também o radicalizava. O movimento estudantil, que liderou a renovação da disciplina nos encontros da AGB em 1976 e 1978, era composto por militantes de esquerda que viam a Geografia como uma ferramenta para a transformação social. No entanto, a urgência da luta contra a ditadura e a necessidade de construir uma teoria unificada da resistência levaram a uma centralidade na categoria classe, ofuscando outras formas de opressão, como o racismo. A "ruptura crítica" foi um ato de coragem sob repressão, mas herdou, em sua estrutura, a aposiopese da Geografia Tradicional, da linearidade evolutiva, sem a dialética, esperava-se que a superação do capitalismo, por si só, resolveria o racismo.

O Encontro Nacional de Geógrafos de 1978, em Fortaleza, é apontado como um marco da renovação, mas esta renovação deixou de lado a especificidade da opressão racial. Essa análise não se coloca como busca de responsáveis, mas aponta os limites do processo crítico. Como mostram os relatos de Antonio Carlos Robert Moraes (Scarim, 2000), a Geografia Crítica foi construída por jovens geógrafos e militantes que escolheram a abordagem marxista para superar a chamada crise da Geografia, mas a centralidade na classe, embora fundamental, produziu um silenciamento sobre outras formas de opressão.

A aposiopese por absorção da Geografia Crítica é, portanto, uma contradição interna, pois ao mesmo tempo em que denunciava a exploração capitalista, silenciava a especificidade da exploração racial que estruturava a sociedade brasileira. Este silenciamento, contudo, não era uma escolha consciente, mas o efeito de uma conjuntura histórica que impunha a unidade da luta contra o regime

como imperativo estratégico. A ditadura, ao criminalizar qualquer forma de organização autônoma, especialmente aquelas que articulavam raça, gênero e classe, forçou a Geografia Crítica a uma leitura homogênea da realidade, na qual o proletariado aparecia como sujeito universal da transformação, sem o reconhecimento de múltipla constituição. O resultado foi uma teoria que, embora crítica, permaneceu cega à dimensão racial e de gênero, da exploração diferenciada que se materializava sobre estes sujeitos sociais.

5.3. O Ensino de Geografia, a Crítica Ao Economicismo e a Superação da Aposiopese

Como observamos, no ensino de Geografia, a abordagem crítica, mas centrada no materialismo-histórico, ao absolutizar a categoria classes, passou a tratar o proletariado de forma homogênea, destituindo a categoria raça e gênero e nivelando os trabalhadores como se todos tivessem as mesmas oportunidades, ou carregassem a mesma trajetória histórica de sua constituição, esvanecendo outras contradições e perdendo a dialeticidade dos fenômenos. Como argumenta Almeida (2019), o racismo é estrutural o que não o projeto como um fenômeno isolado, ou que possa ser tratado de forma secundária ou assessoria nos processos de transformação social, mas se reafirma como parte constitutiva da estrutura social capitalista. Ao não reconhecer esta especificidade, a Geografia Crítica, em sua vertente mais ortodoxa, acabou por reproduzir o silenciamento que pretendia combater. No entanto, a contradição no interior da Geografia Crítica também abriu espaço para sua superação. A partir do diálogo com o movimento negro e com autoras negras como Angela Davis, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, a Geografia Crítica passou a reconhecer a necessidade de incorporar a dimensão racial e de gênero em suas análises. Por

sua vez, a superação da aposiopese por absorção exige a reconstrução da análise geográfica, da espacialidade e da territorialidade, por uma perspectiva ontogenética. O território não nesse sentido não se configura em uma expressão de identidades preexistentes, mas como complexa forma histórica derivada das relações sociais de produção, mediada por relações de poder que se materializam em condições específicas e concretas quando mediada por classe, raça e gênero. A política de branqueamento do território, conceito desenvolvido por Santos (2010) em seu interior revela-se como uma política de apropriação e expropriação territorial que se realiza através da coerção estatal, da propriedade privada e da divisão racial e sexual do trabalho.

A ontogênese do território oferece categorias fundamentais para articular classe, raça e gênero como mediações reais da luta de classes, superando tanto o economicismo quanto o identitarismo. Ao incorporar a contribuição de Florestan Fernandes, que demonstra a marginalização estrutural do negro na sociedade de classes, e de Clóvis Moura, que revela a agência histórica do negro na luta pela abolição, a Geografia Crítica pode superar seu "daltonismo cultural" e reconhecer que a luta de classes no Brasil é, desde sua origem, uma luta racializada e com um componente de gênero que necessita ser explicitado. Ao integrar a crítica interseccional de Lélia Gonzalez e a perspectiva territorial de Beatriz Nascimento, a Geografia Crítica pode construir um pensamento que articule classe, raça e gênero como dimensões indissociáveis da produção do espaço, rompendo com a aposiopese que silencia a experiência concreta da população negra, materializada nos quilombos urbanos e rurais, como contraposição à lógica da propriedade individual, em frente suas experiências territoriais coletivas. A luta antirracista, portanto, não é uma pauta secundária, a questão racial é parte constitutiva da luta

pela emancipação humana, e as formas de produção do espaço são indissociáveis das relações de dominação racial, classe e gênero.

6. O PROBLEMA DO DECOLONIALISMO E DO PLURALISMO EPISTEMOLÓGICO

O debate sobre o decolonialismo e o pluralismo epistemológico tem se intensificado nos últimos anos, especialmente após a ascensão de movimentos de extrema-direita em diversos países. A crítica ao eurocentrismo e à decolonialidade do saber produz leituras equivocadas sobre a lógica "descolonização do pensamento geográfico". Esse geografismo que opera sobre a origem espacial sem considerar o método e conteúdo teórico de suas formulações, incorre no erro tácito de não compreender, ou reconhecer os elementos estruturantes que atravessam gênero, raça e classe, e que fundamentam necessariamente o anticolonialismo (Fanon, 2008; Cabral, 1974). A distinção entre anticolonial e decolonial é necessária uma vez que a tradição anticolonial, forjada nas lutas de libertação nacional da África e da Ásia, sempre articulou a crítica do colonialismo com a análise das estruturas econômicas do imperialismo. Fanon não separava a alienação colonial da exploração capitalista; Cabral entendia que a luta contra o colonialismo português era inseparável da transformação radical das relações de produção; Nkrumah (1965) cunhou o termo neocolonialismo precisamente para designar a continuidade da dominação imperialista após as independências formais. No entanto, parte significativa do que hoje se apresenta como decolonialidade opera precisamente como decolonialismo sem anticolonialismo, provoca-se denúncias acerca da centralidade epistêmica, mas preserva-se, por via negativa, sua própria centralidade, seja ao depender do circuito anglo-saxão de legitimação, seja ao converter a crítica em

rearranjo de vocabulários. A crítica superficial ao conhecimento científico sob a mantra de outras epistemologias, beira ao negacionismo, sem reconhecer a luta histórica e política do próprio marxismo no interior do debate científico. O efeito é paradoxal, pois proclama-se a ruptura, mas repõe-se a assimetria, ou seja, recusa-se "metanarrativa", mas consolida-se uma perspectiva subjetivista sobre o que é ser crítico.

Souza (2026) é particularmente incisivo ao criticar as "viradas ontológicas" que, ao proporem a existência de "ontologias plurais" ou "mundos" irreduzíveis, opera um deslocamento teórico de consequências profundas. Seu mérito inicial é inegável, pois denuncia o provincialismo do naturalismo ocidental e reinscreve a diferença como problema central do pensamento. Contudo, quando essa diferença é ontologizada como "mundo outro", exterior à totalidade contraditória do capitalismo, e assim incorre no risco oposto, quando a pluralidade converte-se em essencialismo, e a crítica à modernidade dissolve-se numa descrição etnográfica que celebra a diferença sem explicar suas condições materiais de produção e reprodução. A diferença ontológica passa a operar como valor em si, descolada das mediações concretas que a tornam possível, precária ou impossível, esvanecendo o sentido destrutivo do capital à genericidade humana.

O problema não é o reconhecimento da violência colonial, mas a forma de explicá-la, ou seja, se vamos tratá-la como matriz epistêmica que organiza saberes e existências ou como momento histórico de constituição de uma forma social fundada na expropriação, na exploração e na acumulação em escala mundial. A diferença supera a condição terminológica quando a crítica se orienta prioritariamente pela pluralização das perspectivas e pela

desnaturalização das hierarquias coloniais ou pela apreensão das formas sociais que tornam tais hierarquias estruturalmente necessárias à reprodução do capitalismo.

A crítica ao decolonialismo, portanto, não pode ser confundida com uma defesa do eurocentrismo, aquilo que chamamos de geografismos. Trata-se de uma crítica imanente que demonstra que, ao absolutizar a diferença, o decolonialismo termina por abstrair as determinações materiais que constituem a própria possibilidade de existência desses "mundos". A perspectiva ontogenética do território recusa tanto a recaída no essencialismo identitário quanto a dissolução pós-moderna da totalidade social. Porque não se trata de uma recusa de cosmogonias e cosmologias, ou de regimes de conhecimento ou formas de vida distintas, mas no reconhecimento que essas dimensões só podem ser adequadamente compreendidas quando reinscritas no metabolismo social do trabalho, nas relações de produção, nas formas de propriedade e nas mediações do Estado e da coerção e do consenso. (Souza, 2026).

O conceito de "lugar de fala", central no pensamento decolonial, exemplifica estes limites. A crítica ao universalismo abstrato que desconsidera as condições concretas de produção do conhecimento teve função histórica emancipatória. A questão se desloca quando a experiência, de ponto de partida legítimo para a reflexão, converte-se em critério epistêmico autossuficiente. Importa refletir que a experiência sem mediação teórica produz consciência espontânea, não necessariamente consciência crítica. Um operário explorado não compreende automaticamente a lei do valor; uma mulher oprimida não deduz espontaneamente as articulações entre patriarcado e acumulação capitalista; uma pessoa negra não vincula imediatamente a violência de que é alvo ao racismo estrutural. A

compreensão crítica exige mediação teórica, precisamente o que distingue teoria de testemunho e análise de relato (Almeida, 2026).

O pluralismo epistemológico, por sua vez, tem sido utilizado para relativizar a questão racial, tratando-a como mais uma perspectiva entre muitas, em vez de reconhecê-la como estrutural. Souza e Juliasz (2019) criticam o pluralismo epistemológico na Geografia como uma corrente que no método manifesta o ecletismo e o relativismo, e se apresenta "discursivamente antidogmático", embora seja essencialmente dogmático e alienante. Esta crítica é particularmente relevante para a compreensão da aposiopese, pois revela como a fragmentação do conhecimento e o relativismo podem ser utilizados para silenciar a questão racial, ao tratá-la como mais uma perspectiva entre muitas, em vez de reconhecê-la como estrutural.

7. GEOGRAFIAS NEGRAS: A SUPERAÇÃO DA APOSIOPESE E A CONTRADIÇÃO COMO MÉTODO

Diante do silenciamento estrutural sobre a questão racial na Geografia, as Geografias Negras emergem como movimento contra hegemônico que, ao assumir a contradição como método, rompe com a aposiopese epistemológica. A questão não é descolonial, mas anticolonial que não se curva ao identitarismo celebratório nem à representação como substituto da transformação estrutural.

7.1. Ontogênese do Território, Literatura Negra e Fontes Epistemológicas

A superação da aposiopese exige um movimento teórico que articule classe, raça e gênero sem reduzi-los a categorias autônomas ou subordinadas. O território não se materializa como expressão de

identidades preexistentes, mas como forma histórica derivada das relações sociais de produção, mediada por relações de poder que explicitam as condições concretas de exploração de classe, raça e gênero (Souza, 2026). Esta perspectiva recusa tanto o economicismo da Geografia Crítica ortodoxa quanto o essencialismo da Geografia Cultural.

A política de branqueamento do território (Santos, 2010) exemplifica esta articulação. Desdobra-se em três dimensões (ocupação, imagem e cultura) e não se restringe a um processo simbólico, quando é a política de apropriação e expropriação territorial que se realiza via coerção estatal, propriedade privada e divisão racial do trabalho. O branqueamento é a materialização espacial da aposiopese: expulsa o negro do território e apaga sua presença e história.

Guimarães (2020) define as Geo-grafias Negras como possibilidades de leitura interdisciplinar; Silva (2022) e Cruz (2022) reforçam que partem da compreensão do racismo como elemento fundante e instituição definidora de outras instituições. Guimarães (2019) propõe ainda repensar a historiografia da Geografia a partir de rasuras, construções geográficas negras e escrevivência. Este debate exige cuidado com o essencialismo e com a demarcação conceitual que se perde na amplitude estrutural da forma mercadoria (Souza e Alves, 2020).

A literatura negra tem se constituído como fonte epistemológica para as Geografias Negras. Mendes (2026) propõe uma leitura antirracista do espaço geográfico brasileiro a partir de *Histórias da Preta* (Lima, 2005), demonstrando que a literatura negra potencializa a sensibilização racial e visibiliza trajetórias silenciadas no ensino de

Geografia. A autora argumenta que a confluência entre Geografias Negras e Literatura Negra reflete-se na abordagem da literatura como eixo central, não coadjuvante, das aulas.

Da mesma forma o conceito de quilombo, trabalhado por Beatriz Nascimento (2006), articula história, território e identidade. A historiadora atrela o quilombo à continuidade histórica e espacial, observando que áreas de quilombos no passado preservam ou atraem populações negras no século XX. Os quilombos urbanos, como destacam Almeida e Monteiro (2022), pleiteiam políticas públicas específicas, projetos de agricultura e ocupação urbana, estabelecem proposições aos Planos Diretores Participativos e buscam a ressignificação do espaço urbano. A literatura negra e o quilombo, como fontes epistemológicas, rompem com a lógica que trata o negro como dado ou problema, recolocando-o como sujeito da história e produtor do espaço. A escrevivência (Guimarães, 2019) expressa esta ruptura: o sujeito negro transforma o "não-ser" em ser.

O que consideramos importante afirmar é que a crítica ao identitarismo não pode negar a especificidade da opressão racial. Preciado (2018) oferece a formulação da identidade como "in-existente": "Não existe, mas pode ser tocada. Não existe, mas pode ser vista. Não existe e, no entanto, pode ser descrita" (Preciado, 2018, p. 3). Esta chave permite compreender o território quilombola não como expressão de uma essência, mas como um "in-existente" que luta para existir face ao Estado e ao capital, uma forma espacial histórica de resistência que força o reconhecimento jurídico, a visibilidade cartográfica, mas sobretudo uma forma comunal de propriedade, que talvez seja a centralidade contraditória para o capital.

7.2. Superação da Aposiopese e Práxis Transformadora

As Geografias Negras, ao assumirem a contradição como método, rompem com a lógica binária que opõe reconhecimento e redistribuição, identidade e classe e propriedade e território. Reconhecem que a luta antirracista é simultaneamente luta por reconhecimento e por redistribuição e por território comum de existência, superando tanto o economicismo quanto o culturalismo.

A superação da aposiopese exige enfrentar a negação ontológica que estrutura o silenciamento racial. Fanon (2008) oferece a categoria do "não-ser": o negro não é um "outro", mas alguém cuja existência é negada pela estrutura colonial: "O negro não é um homem. [...] O negro é aquele que não é nada, ou que é apenas o que o branco quer que ele seja" (Fanon, 2008, p. 89). A Geografia, ao tratar o negro como dado demográfico ou elemento exótico, confirma este "não-ser". A superação exige reestruturar a epistemologia geográfica a partir da experiência do outro.

Esta práxis transformadora exige compromisso com a educação antirracista. Gomes (2002) adverte que a escola não deve reeditar o mito da inferioridade do negro. A Lei nº 10.639/2003, resultado de batalhas do Movimento Negro, reposiciona as populações negras na educação e coloca para a Geografia o desafio de incorporar as Geografias Negras em suas abordagens teóricas e práticas, rompendo com a aposiopese estrutural.

8. CONCLUSÕES

A análise da aposiopese epistemológica na Geografia revela que o silenciamento sobre a população negra é constitutivo do discurso geográfico, manifestando-se em cada matriz filosófica: naturalização

e culturalismo no positivismo; redução estatística no neopositivismo; essencialismo identitário na fenomenologia; e absorção pela classe no materialismo-histórico.

A aposiopese estrutural se desdobra em seis movimentos: 1) naturalização das hierarquias raciais no Determinismo; 2) silenciamento das relações de poder coloniais no Possibilismo; 3) exclusão curricular da população negra na Geografia Tradicional; 4) redução do sujeito negro a dado estatístico na Geografia Quantitativa; 5) subordinação da questão racial à luta de classes na Geografia Crítica; 6) idealização da identidade negra na Geografia Cultural.

A crítica ao identitarismo e ao decolonialismo celebratório é fundamental para que as Geografias Negras não se convertam em essencialismo. O pensamento decolonial se colocou como uma chave para as universidades do centro, transformando-o mais em uma perspectiva de mercado acadêmico de ideias, enquanto as estruturas de dominação permanecem intocadas (Souza e Alves, 2020; Almeida, 2026).

A superação da aposiopese é tarefa coletiva que exige engajamento de pesquisadores, professores, gestores e movimentos sociais. Como afirma bell hooks (2013), a educação tem a ver com a prática da liberdade. A Geografia precisa assumir a contradição como método, reconhecendo que a emancipação social é necessariamente uma luta antirracista e feminista, ou não será emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriani L. T. de; MONTEIRO, Gabriel R. F. de F. A formação territorial do Brasil na perspectiva dos quilombos. In: GUIMARÃES,

Geny F. et al. (Org.). **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p.163-170.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da Geografia cultural. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão (SE), ano XIX, n. 1, p. 33–54, 2008. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9190>. Acesso em: 24 maio 2026

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Por que não sou decolonial (parte I): o problema do método: colonialidade, estrutura e crítica da economia política. **Substack**, [s.l.], 06 fev. 2026. Disponível em: <https://silvioalmeida.substack.com/p/por-que-nao-sou-decolonial-parte>. Acesso em: 13 mar. 2026.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. Recife: Editora da UFPE, 2008.

AVERSA, Vinicius de Oliveira; SOUZA, José Gilberto de. Public high school and college in São Paulo: the contrast between meritocratic curriculum policies and affirmative policies. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 142-160, jan./abr. 2022.

BANTON, Michael. **The idea of race**. London: Tavistock Publications, 1979.

BARROS, Juliana Ramalho. A identidade brasileira e a exclusão do corpo negro: discursos hegemônicos e silenciamentos. In:

GUIMARÃES, Geny F. et al. (Org.). **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 189-202.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Lisboa: Seara Nova, 1974.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Daltonismo cultural e educação: a questão racial na Geografia Crítica. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 75-92.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos (org.). **A dimensão racial na história do pensamento geográfico: constelações Orí e nervuras da raça**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2026.

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

COLLING, Leandro. A emergência de novos discursos críticos às identidades: obras, pistas e hipóteses. **História Revista**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 230-252, maio/ago. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.

CRUZ, Marília da Silva Paula. Geografias negras no cotidiano docente. In: GUIMARÃES, Geny F. et al. (Org.). **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 101-116.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Bibliote Azul, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, p. 38-47, 2002.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – "Geografias Negras", p. 292-311, abr. 2020.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geografia Antirracista: métodos, metodologias e epistemologias. **XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Lima, 2019. p. 586-600.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Tradução de Léo Vinicius Liberato. São Paulo: Editora Veneta, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

LILLA, Mark. **O progressista de ontem e o do amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LIMA, Heloisa Pires. **Histórias da Preta**. Ilustrações de Laurabeatriz. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137–180.

MENDES, Lavínia de Sousa Almeida. **Ensino de Geografia por uma ótica racial: proposição a partir da Literatura Negra brasileira**. 2026. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2026.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera público técnico-mediatizada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOUNK, Yascha. **A armadilha da identidade: uma história das ideias e do poder em nosso tempo**. São Paulo: Edições 70, 2024.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 7. ed. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíáspora*, Rio de Janeiro, n. 6-7, p. 41–49, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-colonialism: the last stage of imperialism**. London: Thomas Nelson and Sons, 1965.

OLIVEIRA, Ana Flávia Borges de; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. A representação do negro nos livros didáticos de Geografia do 8º ano do ensino fundamental: primeiras discussões. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 39, p. 211-237, 2022.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RATTS, Alex. Geografia e relações étnico-raciais: uma introdução. In: GUIMARÃES, Geny F. et al. (Org.). **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 11-28.

RISÉRIO, Antonio. **Identitarismo**. São Paulo: LVM Editores, 2024.

RISÉRIO, Antonio. **Mestiçagem, identidade e liberdade**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2023.

RISÉRIO, Antonio. **Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

ROUDINESCO, Elisabeth. **O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo, n. 34, p. 141-160, 2010.

SANTOS, Vanda da Silva; SOUZA, José Gilberto de. Aposiopese da história: a Lei 10.639/03 nas escolas públicas de Palmas - Tocantins. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA (ERECEO), 17., 2025, Morrinhos. **Anais do Encontro Regional de Geografia – XVII ERECEO**. Morrinhos, GO: Universidade Estadual de Goiás, 2025. v. 1. Disponível em: <https://anais.ueg.br/index.php/ereceo/article/view/16900/13484>. Acesso em: 20 ago. 2026.

SCARIM, Paulo Cesar. **Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Cíntia Cristina Lisboa da. Possibilidades geográficas: Você sabia que existem "outras" Geografias? In: GUIMARÃES, Geny F. et al. (Org.). **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 41-52.

SOUZA, J.G.; JULIASZ, P. C. S. **Geografia: ensino e formação de professores**. 1. ed. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020. v. 1. 200p .

SOUZA, José Gilberto de; ALVES, Willian Rosa. A geografia e o materialismo histórico dialético. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 54, p.

923-961, 2020.

SOUZA, José Gilberto de; FULINO, Raquel. A questão do método. **Caminhos de Geografia**, v. 1, p. 1-15, 2020.

SOUZA, José Gilberto de; JULIASZ, Paula C. Strina. Geografia e Pedagogia: saberes historicamente determinados. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 101, p. 1-25, 2019.

SOUZA, José Gilberto de; KATUTA, Ângela Massumi. **Geografia e Conhecimentos Cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância dos mapas**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2001.

SOUZA, José Gilberto de. **A Geografia Escolar na ditadura militar: a prestidigitação do trabalho**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

SOUZA, José Gilberto de. **Território e ontologia: para uma geografia do ser social**. Marília: Lutas Anticapital, 2026.

STEIN, L. **Figuras de linguagem e silêncio**. Porto Alegre: Editora, 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

VERDI, Elisa Favaro. Pensar radicalmente sob a repressão: a geografia crítica brasileira no contexto da ditadura civil-

militar. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, p. 539-558, dez. 2018.

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional – TO. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT – Porto Nacional-TO) – e da Universidade Estadual Paulista (Unesp - Campus de Rio Claro-SP). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).